

Educação e Segurança recebem na quinta

Por empréstimo, Pezão vai a Brasília hoje, onde também acompanhará votação sobre dívidas dos entes

O governo estadual vai depositar na quinta-feira, décimo dia útil, o salário de novembro dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da Segurança (bombeiros militares, agentes penitenciários, policiais civis e militares) e dos funcionários em atividade da Educação. Os pagamentos foram confirmados à Coluna pelo governador Luiz Fernando Pezão. No entanto, ainda não há data de depósito para os demais vínculos do Executivo.

De acordo com o calendário do estado, o pagamento do pessoal do Executivo tem que ser feito no 10º dia útil do mês subsequente ao trabalhado. E desde que a crise estourou, o governo tem garantido o depósito dos ativos da Educação — incluindo o Degase — dentro do prazo com recursos do Fundeb. Já os vencimentos da Segurança são quitados com verbas do Tesouro Estadual.

Enquanto isso, o governo tem que correr contra o tempo: o salário de setembro ainda está em aberto para 25.287 vínculos, em um total de R\$ 103,6 milhões, e o de outubro para 206.893 ativos, aposentados e pensionistas (o valor necessário é de R\$

576,7 milhões). E as dívidas são ainda maiores: há 227 mil pessoas aguardando o crédito do 13º de 2017, em um total de R\$ 1,2 bilhão.

PEZÃO VAI A BRASÍLIA

Justamente para pagar esses atrasados do funcionalismo, o governo aguarda o empréstimo de R\$ 2,9 bilhões do BNP Paribas. A assinatura do contrato estava prevista para ontem ou hoje, mas até o fechamento desta edição não havia sido confirmada.

À Coluna, o governador disse que irá a Brasília nesta terça (hoje) para reuniões relativas ao tema, e que a assinatura deve sair até amanhã. E como parte dos recursos do empréstimo (R\$ 2 bilhões) estará disponível no caixa estadual três dias após o contrato, ele sinalizou que há chances de o pagamento dos atrasados ser feito na próxima semana, diferente do estimado antes, que era de quitar tudo até esta sexta.

O governador irá ainda à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para acompanhar a análise do projeto de securitização das dívidas dos estados e municípios, além do prazo de aumento de anos para pagamento de precatórios.



THIAGO LONTRA/ DIVULGAÇÃO ALERJ

Plenário da Alerj votará orçamento em sessão extraordinária hoje

Alerj vota Orçamento 2018 com déficit de R\$ 10 bi

► A Alerj votará hoje o Orçamento de 2018 do estado. O texto prevê déficit de cerca de R\$ 10 bilhões: a arrecadação está estimada em R\$ 63,3 bilhões e as despesas em R\$ 72,5 bilhões. Vale lembrar que, para este ano, o déficit é calculado em R\$ 20 bilhões.

Diversas categorias pretendem ocupar as galerias da Casa, como a de docentes da Uerj. No foco

das atenções deles está a PEC 47, que cria duodécimos a universidades estaduais. A proposta tem objetivo de dar autonomia financeira às instituições e evitar atrasos salariais, porém, ainda não tem data para entrar em pauta.

Levantando essa discussão, o presidente da Comissão de Educação, Comte Bittencourt (PPS), que assina a PEC, propôs emenda ao Orçamento de 2018 para que,

da dotação orçamentária às universidades destinada ao custeio das mesmas, no mínimo 50% sejam repassados mensalmente na forma de duodécimos. O aditivo foi aprovado pela Comissão de Orçamento.

“A emenda, mesmo sendo com valor inferior ao que desejamos, é válida por dois aspectos: já cria a cultura dos duodécimos que o Executivo sempre resistiu. Segundo,

porque, apesar de não resolver o problema da universidade, garante o funcionamento do mínimo (até que se aprove a PEC)”.

Luiz Paulo (PSDB) vai questionar alguns pontos do texto do Orçamento: “A Comissão aprovou que se remaneje 30% de todos os fundos, inclusive os criados por emenda constitucional. Vou tentar diminuir para 5%”.

PREFEITURA DO RIO

Cobrança de inativos por decreto

■ A cada dia o governo Crivella estuda uma forma de passar a cobrar contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do Município do Rio que ganham acima de R\$ 5.531,31. Agora, o Executivo verifica a possibilidade de implementar a medida por decreto e não mais por projeto de lei, até como forma de agilizar a cobrança e desafogar a Câmara dos Vereadores.

O Tribunal de Contas do

Município (TCM) determinou que a prefeitura faça a cobrança e siga regra constitucional. E, a princípio, o governo estudou enviar projeto de lei à Câmara, mas não se decidiu.

Se a alíquota de 11% for implementada por decreto, a Câmara estuda apresentar algum projeto para que apenas os inativos com vencimentos superiores a R\$ 8 mil de fato sejam os únicos a pagarem a contribuição previdenciária.